



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680085 - MG (2021/0218837-8)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : PABLINIE CASSIA COSTA
ADVOGADO : PABLINIE CASSIA COSTA - MG176450
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUIZ FERNANDO DE SOUZA MARIANO (PRESO)
CORRÉU : PIERRE JAMBASSE
CORRÉU : MARCELO PEREIRA DA SILVA
CORRÉU : JAQUELINE DE FATIMA LELIS
CORRÉU : MAXWELL FERREIRA KERSUL
CORRÉU : MICHEL JUNIOR BORGES
CORRÉU : DOUGLAS HENRIQUE DOS SANTOS
CORRÉU : DIEGO WALLACE PEREIRA
CORRÉU : PETERSON ONOFRE PEREIRA
CORRÉU : MAYARA MIKAELE PEREIRA
CORRÉU : GABRIEL SOUZA SANA
CORRÉU : MARCELO PEREIRA DE ALMEIDA
CORRÉU : IVO SANTOS ARAUJO
CORRÉU : LUIZ FERNANDO DE SOUZA MARIANO
CORRÉU : LUIZ ALBERTO LELIS
CORRÉU : TAMIRES DO NASCIMENTO RIBEIRO
CORRÉU : WELLINGTON RAIMUNDO
CORRÉU : ADELSON ANSELMO
CORRÉU : ANDREIA EUGENIO DE SOUZA MONTEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LUIZ FERNANDO DE SOUZA MARIANO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1.0525.18.005593-7/001).

O paciente foi condenado em concurso material heterogêneo, na forma capitulada nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/06, às penas de 9 anos e 11 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 1.535 dias-multa.

O Tribunal local, ao negar provimento ao apelo defensivo, fundamentou:

Em suas razões recursais de fls. 1048/1061, pugnou pela absolvição do acusado, aduzindo, em síntese, a insuficiência do acervo probatório. Alternativamente, pleiteia a desclassificação do crime de tráfico para a conduta prevista no art. 28, da Lei 11.343/06. Requer, ainda, a absolvição do crime de associação para o tráfico. [...]

Inicialmente, quanto ao pleito de absolvição do delito de associação para o tráfico, sem razão a combativa defesa. Explico.

Para a configuração do delito tipificado no art. 35 da Lei de Tóxicos, três requisitos são exigidos: o concurso de agentes, o especial fim de agir e a **estabilidade** ou **permanência** da associação criminosa. [...]

Conforme verificado, **o ora apelante** Luiz Fernando de Souza Mariano, vulgo "Nandinho", **era responsável, juntamente com o sentenciado Ivo Santos Araújo, por parte da venda de drogas na cidade de Pouso Alegre**, agindo eles às escondidas de Marcelo Pereira de Almeida, vulgo "Marcelão" ou "Vadão", que operava o comércio no "24 horas" da localidade. Toda a operação, desmantelada pelo GAECO, foi suficientemente demonstrada nas interceptações telefônicas.

Vejo que, no dia 18/12/2017, em conversa registrada às fls. 193/194v (autos em apenso), Ivo e Luiz Fernando combinam a entrega de entorpecentes a terceiros, os valores e a qualidade da droga, bem como sua quantidade:

[...]

Não há dúvida, frente à tão extensa transcrição de interceptações telefônicas, **que a união** entre Luiz Fernando e Ivo **não era meramente ocasional**.

[...]

O que se vê, portanto, é que **o apelante e o sentenciado Ivo se associaram, de forma estável e permanente, para a reiterada prática do crime de tráfico de drogas**, alternando entre si os papéis de entrega, transporte e recebimento.

[...]

Desta forma, imperiosa a manutenção da condenação em relação ao delito de associação para o tráfico, a qual se encontra devidamente fundamentada nos elementos de prova colhidos nos autos, não merecendo, portanto, ser desconstituída.

[...]

Lado outro, **quanto ao delito de tráfico de drogas, tenho que a materialidade encontra-se comprovada** cristalinamente pelos relatórios de investigação de fls. 05/09, 23v/47v, 63/96 e 136/212, pelo boletim de ocorrência de fls. 414/416v, pelo exame definitivo em drogas de abuso de fls. 606/609 e 611, **tudo em sintonia com o acervo probatório produzido**.

Da mesma forma, a autoria **quedou indubitosa**, conforme se verifica do manancial probatório produzido.

[...]

O cenário probatório realmente não favorece o acusado. Verifica-se que, após instauração de Procedimento Investigativo Criminal, realizada interceptação telefônica, **foram relatados diversos diálogos de Luiz Fernando dando conta da prática da maldita mercancia**.

[...]

Da mesma forma, sem amparo o pleito desclassificatório.

A mera alegação de que o réu é usuário de drogas não se mostra suficiente à desclassificação do delito.

[...]

Assim, tenho que se mostrou correito o édito condenatório, mostrando-se impossível acatar os pleitos absolutório ou desclassificatório. (fls. 18/24 - g.m.)

A impetrante afirma que diante da instrução probatória apresentada e dos depoimentos colhidos, o paciente não é traficante de drogas e diante da ausência de "estabilidade e permanência" (fl. 12) entre os agentes, requer a absolvição do paciente dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, ou, de forma residual, a desclassificação da conduta denunciada para o crime previsto no art. 28 da Lei n. 11.343/06.

Nesse panorama, roga a impetrante, liminarmente, pela desclassificação delitiva e absolvição do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem de forma definitiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A verificação dos temas destacados demanda reexame de fatos e provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. Deve a questão ser dirimida no trâmite da instrução criminal. Confira-se precedente sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO.

EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TEMA NÃO ALISADO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIA INADEQUADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A tese de negativa de autoria exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do *habeas corpus*.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 580.801/BA, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 21/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente